

Sumário

Capítulo 1 ► INTRODUÇÃO	25
Capítulo 2 ► AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP)	27
2.1. Natureza jurídica	27
2.2. Fundamento normativo	28
2.3. Cabimento.....	30
2.3.1. Espécies de direitos coletivos	31
2.3.1.1. Direitos difusos.....	33
2.3.1.2. Direitos coletivos	34
2.3.1.3. Direitos individuais homogêneos.....	35
2.3.1.3.1. Quadro comparativo.....	37
2.3.1.4. Direitos individuais indisponíveis	38
2.3.1.5. Direitos essencialmente coletivos e direitos acidentalmente coletivos.....	40
2.3.1.6. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos	41
2.3.2. Princípio da não taxatividade.....	41
2.3.3. Princípio da atipicidade, máxima amplitude ou absoluta instrumentalidade.....	44
2.3.4. Controle de constitucionalidade.....	47
2.3.5. Controle de políticas públicas	47
2.4. Legitimidade	50
2.4.1. Legitimidade ativa.....	50
2.4.1.1. Ministério Público	55
2.4.1.1.1. Intervenção como <i>custos iuris</i>	58
2.4.1.2. Defensoria Pública	59
2.4.1.2.1. Intervenção como <i>custos vulnerabilis</i>	64
2.4.1.2.1.1. Administração Pública	65
2.4.1.2.1.2. Associações.....	66
2.4.1.2.1.3. Sindicatos.....	74
2.4.1.2.1.4. Partidos políticos.....	76

2.4.1.2.1.5.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	76
2.4.1.2.1.6.	Cooperativas	77
2.4.1.2.1.7.	Comunidades indígenas	78
2.4.2.	Legitimidade passiva	78
2.4.2.1.	Ação coletiva passiva	78
2.4.3.	Litisconsórcio	80
2.4.3.1.	Intervenção do indivíduo	81
2.5.	Intervenção de terceiros	84
2.6.	Competência	85
2.6.1.	Competência de justiça	85
2.6.2.	Competência de foro	86
2.6.3.	Competência de juízo	88
2.6.3.1.	Competência originária de tribunal	89
2.7.	Procedimento	89
2.7.1.	Desistência	93
2.8.	Sentença	95
2.8.1.	Direitos difusos e coletivos	95
2.8.2.	Direitos individuais homogêneos	98
2.9.	Coisa julgada	100
2.9.1.	Limites objetivos	100
2.9.2.	Limites subjetivos	100
2.9.3.	Limites territoriais	101
2.9.4.	Coisa julgada secundum eventum probationis	104
2.9.5.	Coisa julgada secundum eventum litis in utilibus	106
2.9.6.	Transporte in utilibus	107
2.9.7.	Coisa julgada coletiva penal	108
2.10.	Meios de impugnação	108
2.10.1.	Recursos	108
2.10.2.	Remessa necessária	111
2.10.3.	Requerimento de suspensão da decisão	114
2.11.	Execução	117
2.11.1.	Direitos transindividuais	117
2.11.2.	Direitos individuais homogêneos	118
2.11.3.	Modalidades de execução	120
2.11.3.1.	Execução coletiva	120
2.11.3.2.	Execução individual	122

2.11.3.3. Execução pseudocoletiva	123
2.11.4. Obrigatoriedade da execução	124
2.11.5. Multa cominatória	125
2.12. Tutela provisória	126
2.13. Prescrição	128
2.14. Despesas processuais	134
2.15. Negócios jurídicos processuais	144
Capítulo 3 ► AÇÃO POPULAR	147
3.1. Natureza jurídica	147
3.2. Fundamento normativo	147
3.3. Cabimento	148
3.4. Legitimidade	151
3.4.1. Legitimidade ativa	151
3.4.1.1. Cidadão	151
3.4.1.2. Outros legitimados	154
3.4.2. Legitimidade passiva	155
3.4.2.1. Legitimidade bifronte	155
3.4.3. Litisconsórcio	157
3.4.4. Intervenção do Ministério Público como <i>custos iuris</i>	158
3.5. Intervenção de terceiros	158
3.6. Competência	158
3.6.1. Competência de justiça	158
3.6.2. Competência de foro	158
3.6.3. Competência de juízo	160
3.6.3.1. Competência originária de tribunal	160
3.7. Procedimento	161
3.8. Sentença e coisa julgada	163
3.9. Meios de impugnação	164
3.9.1. Recursos	164
3.9.2. Remessa necessária	166
3.9.3. Suspensão da eficácia da decisão	167
3.10. Execução	167
3.11. Tutela provisória	168
3.12. Prescrição	168
3.13. Despesas processuais	168

Capítulo 4 ► MANDADO DE SEGURANÇA	169
4.1. Natureza jurídica	169
4.2. Fundamento normativo	169
4.3. Cabimento.....	170
4.3.1. Direito líquido e certo.....	171
4.3.2. Ato de autoridade.....	172
4.3.3. Prazo	175
4.4. Espécies	177
4.5. Legitimidade	178
4.5.1. Legitimidade ativa.....	178
4.5.1.1. Mandado de segurança coletivo.....	179
4.5.2. Legitimidade passiva	183
4.6. Competência	186
4.7. Procedimento	187
4.7.1. Desistência	188
4.8. Sentença e coisa julgada.....	189
4.9. Meios de impugnação	191
4.9.1. Recursos	191
4.9.2. Remessa necessária.....	192
4.10. Execução	192
4.11. Tutela provisória	194
Capítulo 5 ► MANDADO DE INJUNÇÃO.....	197
5.1. Natureza jurídica	197
5.2. Fundamento normativo	197
5.3. Cabimento.....	198
5.4. Espécies	200
5.5. Legitimidade	201
5.5.1. Legitimidade ativa.....	201
5.5.1.1. Mandado de injunção individual	201
5.5.1.2. Mandado de injunção coletivo.....	201
5.5.2. Legitimidade passiva	202
5.6. Competência.....	202
5.7. Procedimento	204
5.8. Decisão e coisa julgada	205
5.8.1. Evolução jurisprudencial.....	206
5.8.2. Previsão legal.....	208
5.9. Meios de impugnação	211

Capítulo 6 ▶ HABEAS CORPUS.....	213
6.1. Natureza jurídica	213
6.2. Fundamento normativo	213
6.3. Cabimento.....	213
6.4. Espécies	216
6.5. Legitimidade	217
6.5.1. Legitimidade ativa.....	217
6.5.2. Legitimidade passiva	218
6.6. Competência	218
6.7. Procedimento	219
6.8. Decisão e coisa julgada	220
6.9. Meios de impugnação	221
6.10. Tutela provisória	221
6.11. Despesas processuais	222
Capítulo 7 ▶ HABEAS DATA	223
7.1. Natureza jurídica	223
7.2. Fundamento normativo	223
7.3. Cabimento.....	224
7.4. Legitimidade	226
7.4.1. Legitimidade ativa.....	226
7.4.2. Legitimidade passiva	227
7.5. Competência	227
7.6. Procedimento	228
7.7. Decisão e coisa julgada	230
7.8. Meios de impugnação	230
7.9. Despesas processuais	231
Capítulo 8 ▶ RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	233
8.1. Natureza jurídica	233
8.2. Fundamento normativo	235
8.3. Cabimento.....	236
8.3.1. Hipóteses.....	236
8.3.1.1. Preservação da competência.....	237
8.3.1.2. Garantia da autoridade.....	237
8.3.1.3. Garantia de observância de precedentes e súmula vinculante	238
8.3.1.3.1. Súmula vinculante	238

8.3.1.3.2.	Controle concentrado de constitucionalidade	239
8.3.1.3.3.	Precedentes (IRDR, IAC, RE e Resp repetitivos e RE com repercussão geral).....	240
8.3.1.4.	Prazo.....	245
8.4.	Legitimidade	246
8.4.1.	Legitimidade ativa.....	246
8.4.2.	Legitimidade passiva	249
8.5.	Intervenção de terceiros.....	250
8.6.	Competência	250
8.7.	Procedimento	251
8.8.	Decisão e coisa julgada	252
8.9.	Meios de impugnação	253
8.10.	Tutela provisória	253
8.11.	Despesas processuais	253
Capítulo 9 ▶	DIREITO DE PETIÇÃO.....	257
Capítulo 10 ▶	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	259
10.1.	Conceito e pressupostos.....	259
10.2.	O controle de constitucionalidade na Constituição de 1988	260
10.3.	O controle de constitucionalidade difuso-incidental.....	260
10.4.	O controle de constitucionalidade concentrado-principal	265
Capítulo 11 ▶	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	269
11.1.	Conceito	269
11.2.	Natureza jurídica	269
11.3.	Fundamento normativo	269
11.4.	Cabimento.....	270
11.4.1.	Parâmetro de controle	270
11.4.2.	Objeto de controle	271
11.5.	Legitimidade	276
11.5.1.	Legitimidade ativa.....	276
11.5.2.	Legitimidade passiva	282
11.6.	Competência	283
11.7.	Processo e julgamento	283
11.7.1.	Procedimento	283
11.7.2.	Medida cautelar	287

11.7.3. Amicus curiae e audiências públicas.....	289
11.7.4. Julgamento	293
11.8. Sentença e coisa julgada.....	296
11.9. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre as decisões judiciais.....	303
11.10. Meios de impugnação	304
Capítulo 12 ► AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC).....	305
12.1. Conceito	305
12.2. Natureza jurídica	305
12.3. Fundamento normativo	305
12.4. Cabimento.....	306
12.4.1. Parâmetro	306
12.4.2. Objeto	306
12.5. Legitimidade	307
12.5.1. Legitimidade ativa.....	307
12.5.2. Legitimidade passiva	308
12.6. Competência	308
12.7. Procedimento e julgamento	309
12.7.1. Procedimento	309
12.7.2. Medida cautelar.....	310
12.7.3. Amicus curiae e audiências públicas.....	311
12.7.4. Julgamento	312
12.8. Sentença e coisa julgada.....	312
12.9. Meios de impugnação	312
Capítulo 13 ► AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO).....	313
13.1. Conceito	313
13.2. Natureza jurídica	313
13.3. Fundamento normativo	313
13.4. Cabimento.....	314
13.4.1. Parâmetro	314
13.4.2. Objeto	314
13.5. Legitimidade	316
13.5.1. Legitimidade ativa.....	316
13.5.2. Legitimidade passiva	317
13.6. Competência	317

13.7.	Procedimento e julgamento	317
13.7.1.	Procedimento	317
13.7.2.	Medida cautelar	318
13.7.3.	<i>Amicus curiae</i> e audiências públicas	319
13.7.4.	Julgamento	319
13.8.	Sentença e coisa julgada	319
13.9.	Meios de impugnação	320
13.10.	ADO x mandado de injunção	320
Capítulo 14 ▶	AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF).....	323
14.1.	Conceito	323
14.2.	Espécies	323
14.3.	Fundamento normativo	324
14.4.	Cabimento.....	325
14.4.1.	Parâmetro de controle	325
14.4.2.	Objeto de controle	327
14.4.3.	Princípio da subsidiariedade.....	332
14.5.	Legitimidade	334
14.5.1.	Legitimidade ativa.....	334
14.5.2.	Legitimidade passiva	335
14.6.	Competência	335
14.7.	Processo e julgamento	336
14.7.1.	Procedimento	336
14.7.2.	Medida cautelar	336
14.7.3.	Audiências públicas e <i>amicus curiae</i>	337
14.7.4.	Julgamento	338
14.8.	Sentença e coisa julgada.....	338
14.9.	Meios de impugnação	340
Capítulo 15 ▶	AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA).....	341
15.1.	Conceito	341
15.2.	Natureza jurídica	341
15.3.	Fundamento normativo	342
15.4.	Cabimento.....	342
15.4.1.	Parâmetro de controle	342
15.4.2.	Objeto de controle	344
15.5.	Legitimidade	344
15.5.1.	Legitimidade ativa.....	344

15.5.2. Legitimidade passiva	345
15.6. Competência	345
15.7. Processo e julgamento	345
15.7.1. Procedimento	345
15.7.2. Medida cautelar	346
15.7.3. Audiência pública e <i>amicus curiae</i>	346
15.7.4. Julgamento	347
15.7.5. Sentença e coisa julgada	348
15.8. Meios de impugnação	348
15.9. Ação direta interventiva estadual	348
Capítulo 16 ► AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL (REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL)	351
16.1. Conceito	351
16.2. Natureza jurídica	351
16.3. Fundamento normativo	351
16.4. Cabimento	351
16.4.1. Parâmetro de controle	351
16.4.2. Objeto de controle	354
16.5. Legitimidade	354
16.5.1. Legitimidade ativa	354
16.5.2. Legitimidade passiva	355
16.6. Competência	355
16.7. Outras ações em âmbito estadual	355
16.8. Meios de impugnação	355
Bibliografia	359